

# CAPITALISMO NA AMÉRICA LATINA: INTERLOCUÇÃO DOS PENSAMENTOS DE FLORESTAN FERNANDES E RUY MAURO MARINI

*LATIN AMERICA'S CAPITALISM:  
INTERLOCUTION OF THE THOUGHTS  
OF FLORESTAN FERNANDES AND RUY  
MAURO MARINI*

Handerson Leonidas Sales **1**  
Antônio Dimas Cardoso **2**

Doutorando no Programa de Desenvolvimento Social – **1**  
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Professor adjunto da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8399329477060612>.  
E-mail: handerson.leonias@hotmail.com

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Professor **2**  
efetivo da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5719058016594750>.  
E-mail: adimascardoso@gmail.com

**Resumo:** O Capitalismo Dependente e a Teoria da Dependência são temas estudados pelos autores Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini respectivamente, publicados na década de 1970, que trazem reflexões e compreensões ainda pertinentes a realidade contemporânea dos países latino americanos em pleno século XXI no que tange a subordinação dos países periféricos em relação aos centrais. O trabalho tem como objetivo fazer uma análise crítica da abordagem do Capitalismo Dependente e da Teoria da Dependência dos países da América Latina pela interlocução entre Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini. Percebe-se em seus estudos uma complementariedade tal como a compreensão da dominação externa imperialista e a burguesia estabelecida como dominação interna influenciada pelo capital estrangeiro dentre outras peculiaridades, elucidando a origem e as razões ocultas que levam os países periféricos da América Latina a permanecerem com características de desigualdade social e concentração de renda.

**Palavras-chaves:** Capitalismo Dependente. Teoria da Dependência. Desenvolvimento.

**Abstract:** Dependent Capitalism and Dependency Theory are themes studied by the authors Florestan Fernandes and Ruy Mauro Marini, published in the 1970s, who bring reflections and understandings on contemporary issues in the 21st century regarding the subordination of the peripheral countries in relation to power plants. The paper aims to make a critical analysis of the Dependent Capitalism and Dependency Theory approach in the Latin American countries through the interlocution between Florestan Fernandes and Ruy Mauro Marini. In their studies, one can see a complementarity such as the understanding of imperialist external domination and the bourgeoisie established as internal domination influenced by foreign capital among other peculiarities, elucidating the origin and the hidden reasons that lead the peripheral countries of Latin America to remain with characteristics of inequality, social and income concentration.

**Keywords:** Dependent Capitalism. Theory of Dependency. Development.

## Introdução

Os países periféricos, sobretudo os da América Latina, no decorrer da sua história, vêm buscando caminhos e diretrizes de políticas econômicas e sociais que possam conduzi-los ao desenvolvimento. Todavia, tais países se submetem a um capitalismo que não proporciona os mesmos patamares de desenvolvimento vivenciado pelos países centrais e se enquadram em modo de produção característico de transferência de valor e acumulação de riqueza mundial para fora de suas economias.

Estudiosos como Fernandes (1975) e Marini (1976) remontam ao processo de formação histórica socioeconômica dos países latino americanos para compreender melhor a especificidade desse sistema capitalista que apresenta rasgo de dependência e subordinação aos países centrais.

A abordagem sobre esse capitalismo dos países da América Latina foi realizada por ambos autores que, apesar de elegerem o mesmo objeto e o mesmo recorte temporal, analisaram o fenômeno da dependência em perspectivas diferentes sendo seus resultados complementares.

Marini (1976), utilizando bases epistemológicas de teses neomarxistas, demonstra o caráter de dependência através da denominada Teoria da Dependência peculiar a produção capitalista nos países latino-americanos fundamentada na superexploração do trabalho e concomitantemente pela forma desigual das relações comerciais que sustentam uma transferência de acumulação de excedente para o capitalismo dos países fortemente industrializados.

Já Fernandes (1975) encontra no processo neocolonial a estrutura de formação de uma ordem social competitiva que sustenta os privilégios de uma classe burguesa em prol do Capitalismo Dependente. Essa estrutura tem suas raízes nos estamentos do nível de dominação jurídico-político e econômico. A burguesia formada pela hegemonia da sua posição econômica e conduzida pelas oligarquias, condena o país a uma desigualdade extrema e alimenta a exploração do trabalho e a subordinação econômica aos países centrais.

Esse tema vem sendo explorado por diversos estudiosos que desejam aprofundar nas razões da permanência pela busca do desenvolvimento dos países da América Latina. Não obstante, esse tema foi contemplado nos estudos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), como exposto por Mantega (1997) e Frank (1980). Pode-se ressaltar atualmente autores como ROSSO (2015) que trabalha a Revolução Burguesa no Brasil, Martins (2011) em uma análise da dependência para o século XXI, e Lucia Cáceres (2012), onde a pesquisadora traz um novo olhar sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento dependente dos países da América Latina.

Diante do exposto, este trabalho tem como objetivo fazer uma análise crítica das questões centrais da abordagem do Capitalismo Dependente e da Teoria da Dependência dos países da América Latina pela interlocução entre Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini. O pressuposto é que a estrutura da formação do Capitalismo Dependente pela percepção de Florestan Fernandes, na linha temporal e constitutiva da Revolução Burguesa pode ser complementar a lógica da Teoria da Dependência apresentada por Ruy Mauro Marini.

Este trabalho utilizará das diversas obras dos autores, com ênfase nas seguintes publicações: Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina (1975), A revolução burguesa no Brasil (2005), Dialética da dependência (1976), Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini (2000). Portanto, fará uso das evidências trazidas por esses autores em suas obras, sob às quais serão inseridas outras, para possibilitar e propor uma leitura alternativa ao tema do capitalismo dependente na América Latina.

## O Capitalismo Dependente fomentado e mantido pela burguesia

A abordagem de Fernandes (1975) abre uma nova perspectiva das razões que sustentam o capitalismo dependente nos países da América Latina. Apresenta a sua inerente relação com a sociedade de classe em um modelo autocrático burguês hegemônico que após a sua consolidação passa a vivenciar o seu modo de produção capitalista sob contradições sociais e políticas na nova ordem social competitiva. Fernandes (2005) compreende que o capitalismo estruturado na América Latina possui um formato diferente ao ocorrido nos países centrais, uma revolução burguesa atípica. Contudo, o modelo implantado é correspondente a um capitalismo dependente alimentado e readaptado por uma burguesia que se privilegia dessa mutação.

No colonialismo os países colonizados se submeteram a autoridade e ao poder da Europa, cedendo a uma ilimitada exploração da sociedade estabelecida sobre estruturas legais as quais validavam o poder político-econômico com consequentes influências sócio culturais. Fernandes (1975, p. 13) identifica que uma “combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder”. Percebe-se, portanto, o caráter submisso da sociedade dominada nascida sob uma relação de subordinação e não participantes ou excluída das decisões que afetam a sua própria organização.

Não obstante, a Revolução Industrial ocorrida na Europa e seu amadurecimento, principalmente na Inglaterra, ainda no século XIX, fomentou uma relação com os países da América Latina no sentido de alimentar e fortalecer as relações comerciais de exportação para a Europa de produtos primários, agora sob um regime de comercialização capitalista.

Além disso, a transformação de nação colonizada para nação independente não ocorreu instantaneamente ao rompimento da exploração colonial. Nesse contexto, afirma Fernandes (1975, p. 47) “Se as coisas fossem diferentes e a descolonização fosse ao mesmo tempo econômica, cultural e política, haveria uma transição imediata do ‘modelo colonial’ para o ‘modelo europeu’.” Depreende o autor que a descolonização foi se realizando ao longo do tempo através do aperfeiçoamento do comércio com a Europa sob a transferência de poderes das Coras dos países daquele continente para os mais influentes do antigo regime colonial. Dava-se início a uma classe burguesa que passa a exercer uma nova configuração hegemônica desvinculada dos Impérios colonizadores, sob a nova ordem social competitiva, formando ilhas burguesas ao redor da produção rural e ajustada ao mercantilismo desses produtos (FERNANDES, 2005).

O avanço do capitalismo na Europa, ao longo da Revolução Industrial, reforça a hegemonia dos países centrais, pois ao produzir em crescente escala fomentam a concentração e acumulação de excedentes em torno do mercado de exportação de produtos manufaturados e adquirem produtos primários importados de baixos valores agregados, realidade não conceitual às coloniais, que somente forneciam alimentos e ou produtos básicos. Diante do contexto das exportações dos países periféricos em seu capitalismo primitivo engendra a mentalidade de especulação dos agentes econômicos. É sobre essa mentalidade especulativa que o capitalismo expande nos países latino-americanos evoluindo para um sistema de produção capitalista no setor urbano-comercial, no mundo rural e no setor industrial (Fernandes, 1975).

Sob a égide do capitalismo e perante o incipiente experimento do progresso econômico, os agentes econômicos retratados pelo produtor rural, o pequeno comerciante, o trabalhador assalariado que pratica a poupança na expectativa do enriquecimento se tornam agentes protagonistas e “lideram a Revolução Burguesa, porque ela é inevitável, já que não podem fugir às funções transformadoras de uma economia de mercado” (Fernandes, 1975, p. 52). Reforça ainda o autor esclarecendo o surgimento do burguês, seja como “agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante - não importando muito seu gênero de negócios” (Fernandes, 2005, p.34). Esses agentes humanos foram apontados pelo autor como responsáveis pela desagregação do regime colonial e senhorial para uma sociedade de classe no país. Por isso, tratar-se de inevitável e, concomitantemente, revolucionária no sentido de uma grande transformação, “a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura” (IBID, p. 37) que se categorizou como capitalismo dependente.

Diferente dos países centrais que constituíram um capitalismo autônomo, os países da América Latina iniciaram o pré-capitalismo submetidos a uma dominação externa, articulada por fatores internos de sustentação realizada pela classe burguesa. O neocolonialismo, como exemplo, surge com características de dependência de um mercado externo europeu, “para manutenção do *status quo ante* da economia, com o apoio e a cumplicidade das classes exportadoras” (FERNANDES, 1975, p. 15)

O eixo principal do capitalismo dependente, apresentado por Fernandes (1975), corresponde a dominação externa articulada por fatores internos que veda a sua autonomia. O autor apresenta três realidades permanentes que alimentam tal condição de dependência. A primeira corresponde “a constante redefinição, sob condições permanentes de fortalecimento e de intensificação da dominação externa.” (FERNANDES, 1975, p. 75). Aponta, portanto, uma perpetuidade ou um ciclo

que se mantém e se intensifica no desenvolvimento do capitalismo capaz de controlar os requisitos de sustentação da dependência sob o domínio externo.

A segunda é “a existência de grupos privilegiados internos em condições de manter o controle da situação” (FERNANDES, 1975, p. 76). Nesse momento o autor demonstra, pela segunda realidade, o modo como ocorre a primeira condição apresentada. Tais grupos ampliam seus privilégios nas dimensões sociais, culturais e políticas pela manutenção da condição de dependência. Torna-se um cenário propício ao controle autoritário e totalitário do poder sob a exploração exacerbada da classe trabalhadora não dominante e dos também classificados como despossuídos.

A terceira realidade de sustentação da dependência é apresentada por Fernandes (1975, p. 76) como: “A redefinição e a intensificação constantes da acumulação dual de capital e da apropriação repartida dos excedentes econômico nacional, com o despojamento permanente dos agentes de trabalho, assalariados ou não.”

Percebe-se aqui a ratificação da condição necessária e suficiente para limitar a evolução do capitalismo e permanecê-lo sem autonomia, pois a acumulação dual e a apropriação repartida corroboram a transferência dos excedentes tanto para a classe dominante externas. Além disso, é sob o capitalismo dependente que ocorre a extrema exploração do trabalho que despojam os trabalhadores. Aponta o autor que o característico padrão de mercantilismo do trabalho na América Latina “faculta condições mínimas de participação econômica, social e cultural e concorre para promover a integração dos seus agentes humanos ao sistema nacional de poder” (FERNANDES, 1975, p. 81)

Através das interpretações que aqui se precedem, percebe-se que a sociedade de classes, que opera sob o capitalismo dependente, configura a sua própria ordem econômica, social e política. A ordem é conduzida de forma que o dinamismo de funcionamento social competitivo alimenta as especificidades do capitalismo dependente para manter os privilégios e a contínua hegemonia da burguesia com caráter autocrático. Não existe, nesse contexto, vantagens para aquela classe que não compõem essa supremacia, nem tampouco fomento para mobilização dos patamares sociais, restando aos demais sofrerem as consequências expostas do capitalismo dependente.

## **A teoria da dependência no contexto da América Latina**

Marini (1976) oferece a oportunidade de observar o capitalismo que se desenvolveu na América Latina de forma singular e em diferentes dimensões não tratadas pelos estudiosos preocupados com o desenvolvimento latino-americano. O autor parte da realidade das relações mercantilistas, como instrumento de análise, observada no início pós-colonial dos países latino-americanos até ao final da década de 1960. Também realiza antecipações posteriores dessa realidade, que são ratificadas em estudos contemporâneos como o apresentado por Martins (2011), por Ferreira, Osório e Luce (2012) e Sales, Batista e Theóphilo (2018).

A inserção da América Latina no circuito da mercantilização internacional, partindo da realidade pós-colonial de cada país, foi estruturada sob uma configuração que realiza o deslocamento da mais-valia relativa para os países centrais. Essa transferência traz como consequência uma acumulação da riqueza naqueles países, lastreada pela superexploração do trabalho ocorrida nos países periféricos inclusive do continente latino-americano.

Um melhor entendimento sobre mais-valia pode ser revelado nos esclarecimentos de Marx (1985, p. 251):

A mais-valia produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho chamo de mais valia absoluta; a mais-valia que, ao contrário, decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho chamo de mais-valia relativa.

Observar-se que a mais-valia relativa, ocorrida a partir da redução do tempo de trabalho, se traduz em uma repartição geral da mais-valia entre os capitalistas. Complementa ainda Marini (1976, p. 16) o fator determinante da taxa de mais-valia “[...] é o grau de exploração do trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo necessário”. Segundo ainda o

autor o que ocorre nos países periféricos são medidas fomentadoras do aumento da mais valia-absoluta, estrangulando a capacidade produtiva e acumulação de riqueza nesses países em função de uma superexploração do trabalho condizente a uma mais valia-extraordinária. Essa dinâmica de estrangulamento direcionou os países da América Latina a ofertar produtos básicos de exportação pouco competitivo, de baixo preço e a transferir, nessa relação mercantilista, mais valia-relativa aos países importadores.

Para aprofundar na compreensão da Teoria da Dependência faz-se necessário depreender os aspectos característicos e inerentes da relação de subordinação entre nações formalmente independentes. Como afirma Marini (1976, p. 11), “o fruto da dependência não pode ser, portanto, senão mais dependência, e a sua liquidação supõe, necessariamente, a supressão das relações de produção que ela envolve”. E é justamente nas relações de produção que se apresentam tais aspectos característico como a troca desigual, a superexploração do trabalho, o ciclo do capital e o processo de industrialização.

A troca desigual ocorre no momento em que países permutam distintos produtos de forma mercantil nas exportações e importações. Compreende-se que a origem da troca desigual na discrepância entre o valor produzido e apropriado nas relações mercantis entre divisas, pois uma mercadoria quando vendida segundo o preço de mercado por capital investido em atividades acima da produtividade média apropria-se de uma mais valia acima da que foi produzida. E o contrário também ocorre, ou seja, capitais com produtividade abaixo da média internacional gera mais valor que conseguem apropriar. Esse degrau de produtividade é que permite a transferência de valor da segunda para a primeira (CARCANHOLO, 2013). “É precisamente essa não-identidade entre a magnitude do valor produzido e o valor apropriado que provoca o fenômeno do intercâmbio desigual, expressando transferência de valor específica no mercado mundial” (LUCE, 2018, p. 84).

Consequentemente, esse aspecto de troca desigual presente na dinâmica de mercado dos países periféricos alimenta a transferência de mais-valia como expõe Marini (1976, p. 25):

Chegamos, assim a um ponto em que já não nos basta continuar a manipular simplesmente a noção de troca entre as nações, antes temos de encarar o facto de que, no quadro desta troca, a apropriação do valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia, que se gera mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob este ponto de vista, a transferência de valor é uma transferência da mais-valia[...]

Portanto, a troca desigual contribui para o estado de subordinação dos países periféricos, haja vista que a mais-valia transferida consolida a acumulação da riqueza nos países centrais não apropriada em sua origem. Nessa relação, os países periféricos buscam o aumento da exportação tendo como base o aumento da intensidade do trabalho, em forma de compensação da troca desigual, dentro da citada condição limitante de produção mantendo seu ciclo de dependência.

Nessa perspectiva, o aumento da intensidade de trabalho constitui-se no aspecto característico da superexploração do proletariado, em substituição a alternativa de aumento da capacidade produtiva. A superexploração do trabalhado ocorrida nesse processo, traz consequências que vão além da transferência da mais-valia, como a busca exacerbada por lucro através do estrangulamento ou da intensificação do trabalho do empregado. A superexploração ocorre nas atividades de trabalho dos países periféricos principalmente naquelas relacionadas com o extrativismo e agricultura, que majoritariamente são responsáveis pela exportação, onde a intensidade do trabalho é sensível ao resultado do lucro, como expõe Marini (1976, p. 29) “[...] isto permite baixar a composição-valor do capital, o que juntamente com a intensificação do grau de exploração do trabalho faz com que se elevem simultaneamente, as taxas de mais-valia e de lucro.”

A superexploração têm suas raízes na transição do regime de escravidão para assalariados livres. Segundo Sader (2000) era através de um sistema misto, ainda em transição que o Brasil exportava seus produtos no início do período pós-colonial para o mercado mundial. Esse contexto limitou o processo de aumento da eficiência da produção com novas tecnologia que elevaria a mais-valia relativa, em contrapartida, buscou-se maximizar o lucro da produção dentro da simplicidade

da intensificação do trabalho, efetivado pelo o aumento de horas trabalhadas, o que reflete no aumento da mais-valia absoluta e no fomento de transferência da mais valia para o exterior. Esse sistema configurou um modo de circulação do capital diferente do ocorrido nos países com o capitalismo autônomo.

Outro importante aspecto da Teoria da Dependência é a identificação da quebra do ciclo de capital, ou da circulação do capital. Os países da América Latina, quando historicamente inseridos em uma economia capitalista, passaram a estabelecer um ciclo de capital diferente dos países industrializados. Ao observar a circulação do capital dos países da América Latina é possível verificar sua projeção para atender ao mercado mundial, não pela oportunidade existente, mas pela sua incapacidade interna de consumo. Essa incapacidade se deve ao fato de centrar a exportação em trocas desiguais desfavoráveis sob condições de superexploração do trabalho. O que ocorre com o ciclo de capital, portanto, é uma separação da produção e circulação da mercadoria pelo consumo do próprio trabalhador, tornando um fator determinante para expansão da sua economia. Marini (1976, p. 37) ratifica a crucial importância da participação do empregado como consumidor no processo do ciclo do capital:

O consumo individual dos trabalhadores representa, pois, um elemento decisivo na criação de procura das mercadorias produzidas sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação.

Existe ainda a esfera de circulação do capital em que participa os consumidores de elevado poder aquisitivo. Nessa esfera deseja-se por um consumo de produtos não disponíveis no país e que são adquiridos através da importação. Essa realidade de importação e exportação expressa a separação da produção e consumo individual duplamente. A primeira por transferir valor para os países centrais através do consumo de mercadorias importadas e a segunda pela transferência de mais-valia para os países centrais e manutenção da incapacidade do consumo interno.

O último aspecto da Teoria da Dependência corresponde ao processo de industrialização dos países da América Latina. Com as características de baixo consumo popular, ou consumo em massa, o cenário que se formava era de baixa aspiração da expansão da indústria sobretudo dos produtos suntuosos.

Marini (1976, p. 45) apreende sobre a configuração da industrialização dos países da América Latina da seguinte forma:

A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, antes nasce para responder a uma procura já formada e se estruturar-se-á em função das exigências de mercado oriundas dos países avançados.

Associa-se a esse fato a baixa tecnologia utilizada nos países da América Latina que importaram bens de capital obsoletos, a partir da década de 1950 onde consolidaram-se políticas incentivadoras da participação do capital externo para industrialização. Sendo assim, a política desenvolvimentista adotada pelos países da América Latina de industrialização não alterou as condições de dependência e continuou mantendo esses países com baixa competitiva e submetidos a uma baixa precificação de suas mercadorias.

### **Interlocução entre Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini**

Nos textos em tela dos autores, pode-se perceber que o Capitalismo Dependente descrito por Fernandes e a Teoria da Dependência apresentada pelo Marini retratam diferentes abordagens entre si, pois enquanto o primeiro considera a dependência como um domínio e influência econômica, sociocultural e política dos países centrais aos periféricos mantida por uma Revolução Burguesa interna e pela apropriação do excedente repartida com o exterior que não permite a consolidação de um capitalismo autônomo, o segundo trata de uma subordinação econômica e mercadológica dos países periféricos aos centrais mantida através de um processo tecnicamente econômico e estrutural que conduz a transferência da mais valia e conseqüente acumulação de

riqueza do excedente para os países centrais. Todavia, sem pretensões de esgotar o assunto, é possível também identificar aspectos complementares entre as duas realidades expostas pelos autores, os quais partem de bases Marxistas em ambas análises.

Um importante aspecto complementar é a dominação ocorrida nas relações de subordinação ou de dependência. Fernandes (1975) aponta em seus estudos o caráter submisso da sociedade latino-americana que adquire o legado das condições de explorações, no período colônia, o qual sustenta o aspecto de dominação. A dominação permanece nas relações de negociação com os países centrais no período pós-colonial alimentada pela burguesia que se consolida em uma plutocracia na realização de um capitalismo não autônomo e em prol da manutenção dos seus privilégios. O autor ao revelar os elementos da composição burguesa cita também as influências externa no processo de dominação: “compõem a dominação burguesa especialmente as forças que representam a grande burguesia industrial e financeira, bem como a burguesia internacional, diretamente envolvida nesse jogo econômico e político” (FERNANDES, 2005, p. 256). Compreende existir uma conjugação de influências externas, que afetam a organização da economia, da sociedade e da cultura, com as internas que ratificam os privilégios e a hegemonia da classe burguesa.

Marini (1976) também reconhece a influência dominante desde o início das relações comerciais, especificamente com a Inglaterra, quando foi celebrado o Tratado de Amizade e Aliança com câmbio desigual, em 1824, na contração de uma dívida externa considerável (MOREL, 2003). Apresenta as políticas incentivadoras da entrada de capital estrangeiro que contribuíram para a industrialização dos países da América Latina, ratificando a estreita relação da classe dominante desses países com acionistas estrangeiros.

Outro aspecto tratado de forma complementar corresponde a transferência de valores para o exterior. Fernandes (1975, p.72) demonstra essa transferência em consequência “a depressão estrutural decorrente da apropriação externa permanente de parte substancial do excedente econômico nacional” e acumulação dual de capital e a repartição de excedentes econômico nacional. Essas formas de transferência representam, de fato, uma sobre apropriação capitalista.

Para Marini (1976) a transferência de valor corresponde a centralidade da Teoria da Dependência desde que a produção seja lastreada na superexploração do trabalho. A transferência de valor ocorre em vários momentos durante a circulação de capital, seja nas relações comerciais de troca desigual, no pagamento da dívida externa ou no pagamento dos excedentes aos sócios estrangeiros. Essa dinâmica é esclarecida pela “circulação do capital dos países latino-americanos se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo” (SADER, 2000, p.134). Ressalta-se que nos países da América Latina, as quais praticam a superexploração do trabalho, a transferência de valor é carregada de mais-valia com a recíproca acumulação do excedente nos países centrais.

A superexploração do trabalho colocada por Marini (1976) é consequência das ações de busca por maiores resultados para as corporações dos países periféricos através do aumento da mais-valia absoluta e não pela mais-valia relativa. Já o Fernandes (1975, p.83) reconhece o desgaste das massas de trabalhadores em consequência da configuração do capitalismo dependente sustentada pela classe dominante: “A ordem social competitiva da sociedade de classes dependente e subdesenvolvida desgasta as massas trabalhadoras, a gente pobre e as classes operárias, reduzindo a quase nada suas potencialidades [...]”.

Portanto, os dois autores expõem em seus estudos uma complementariedade de fatores determinantes do capitalismo instalado nos países periféricos que são esclarecedores e enriquecedores para a ciência, desvelando a origem e as razões que levam esses países à condição de um capitalismo sem autonomia ou subordinado aos países centrais.

## Considerações finais

O presente estudo propôs fazer uma análise crítica das questões centrais da abordagem do Capitalismo Dependente e da Teoria da Dependência dos países da América Latina pela interlocução entre Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini.

Percebe-se que a abordagem do Capitalismo Dependente revela um modelo de hegemonia burguesa que se transforma e se readapta ao capitalismo de forma a sustentar a dependência aos

países centrais. Já a Teoria da Dependência se manifesta sobre a transferência de valores para o exterior em forma de mais-valia, a qual acentua a superexploração do trabalho, tendo a compreensão de que a circulação de capital se rompe da produção e torna-se, portanto, dependente do mercado externo para se efetivar.

As abordagens realizadas por esses autores, fruto dos trabalhos publicados na década de 1970, trazem reflexões e compreensões sobre questões contemporâneas vigentes em pleno século XXI, referentes a elevada concentração de renda, desigualdade social e crescimento econômico com ausente bem-estar social. Talvez, o motivo da contínua e eterna busca pelo desenvolvimento dos países da América Latina a qual se arrasta por mais de três séculos seja exatamente a não eliminação das raízes, ou das causas da dependência demonstradas de forma complementar por ambos autores.

Um ponto relevante e complementar entre os autores corresponde a dominação externa e imperialista apresentada por Marini (1976) e a burguesia estabelecida como dominação interna influenciada pelo capital estrangeiro evidenciada por Fernandes (1975). Nesse contexto tais dominações corroboram com o capitalismo dependente primando por seus privilégios sejam de natureza econômica ou de poder. Portanto, desde que respeitado tais condições, estão dispostos a se adaptarem as diversas configurações necessárias seja de intervenção estatal ou de neoliberalismo, expansão do capital internacional ou sua contenção em determinada crise e até mesmo apoiam a distribuição de renda em momentos de crescimento econômico e de ganhos abundantes, como uma aliança tácita e defensiva capaz de se readaptar a cada momento histórico desde que voltada aos seus interesses.

A revolução burguesa em direção ao capitalismo autônomo não avançou em condições necessárias e suficientes na América Latina a ponto de estruturar sólidos mecanismos democráticos com a devida resiliência às pressões das classes dominantes internas e externa e concomitantes crises do próprio capitalismo. Ao contrário dessa possibilidade, a história nos países da América Latina continua a avançar em suas diversas transformações políticas, sociais e culturais de maneira a ratificar os privilégios das classes dominantes internas que se modificam e adaptam-se às novas formas de reprodução de um capitalismo subordinado às esferas econômicas mais eficientes.

O desafio dos países da América Latina é romper com o capitalismo dependente que sempre esteve presente em seu contexto histórico. Nesse sentido, o que se discute não é a geração de riqueza, mas como ela pode ser retida e distribuída, a ponto de criar um adequado mercado interno que possa mitigar a cisão do ciclo de capital, reduzir a oferta da força de trabalho com consequente aumento da sua remuneração eliminando a superexploração do trabalho, oportunizar a participação da massa popular nos estamentos políticos, fomentar a industrialização orgânica capaz de reduzir a deterioração da troca desigual. Enfim, reduzir a concentração de renda que gera o capitalismo monopolista e fomenta as oligarquias e as classes dominantes.

## Referências

- CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital: essência e aparência**. V. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classe e subdesenvolvimento**. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.
- FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.



LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUCIA CÁCERES, Verónica. Subdesarrollo y colonialidad en America Latina ¿un debate olvidado? **Revista Kairos**, Academic OneFile vol. 16, no. 30, 2012, Disponível em: < [http://link-galegroup.ez27.periodicos.capes.gov.br/apps/doc/A334379995/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=7ea87b43](http://link.galegroup.ez27.periodicos.capes.gov.br/apps/doc/A334379995/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=7ea87b43). > Acesso em: 31 jul. 2018.

MANTEGA, Guido. Teoria da Dependência revisitada – um balanço crítico. **Relatório de Pesquisa**. FGV nº 27 1977 Disponível em: < <https://www.scribd.com/document/144286793/GUIDO-MANTEGA-TEORIA-DA-DEPENDENCIA-pdf#> > acesso em: 31 de jul. 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976. 88 p.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**. 5. ed. México: Siglo XXI Editoras, 1974.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. **Revista Crítica Marxista**. v. 32 p. 127-146, 2011. Disponível em: < [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id\\_revista=43&numero\\_revista=32](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=43&numero_revista=32) > acesso em: 31 jul. 2018.

MARX, K. **O processo de produção do capital**. 1867. In: MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. livro I

MOREL, Marco. **O período das Regências, (1831 – 1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003  
SADER, Emir (Org.). **Dialéctica da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petropolis: Vozes: Buenos Aires: CLACSO, 2000.

SALES, Handerson L; BATISTA, Alexandre T. N.; THEOPHILO, Carlos Renato. TEORIA da dependência: um estudo da interlocução dos pensamentos de Ruy Mauro Marini com a realidade empírica brasileira. In: Congresso de Desenvolvimento Social, 6, Montes Claros. 2018. **Anais eletrônicos GT05 2018**. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Disponível em: < <http://congressods.com.br/index.php/aceites/gt-05>>. Acesso em: 13 de nov. 2018.

ROSSO, Kelem Ghellere. **Florestan Fernandes e o caráter autocrático da burguesia: uma leitura sobre “A Revolução Burguesa”**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho, Marília -SP: 2015.

Recebido em 11 de outubro de 2019.

Aceito em 20 de janeiro de 2020.